



Do CEERJ aos espíritas e a sociedade sobre a ADPF 442- (legalização do aborto até a 12.semana gestação)

(O Livro dos Espíritos - 647) “Toda a lei de Deus está encerrada na máxima do amor ao próximo ensinada por Jesus?”

“— Certamente essa máxima encerra todos os deveres dos homens entre si; mas é necessário mostrar-lhes a aplicação, pois do contrário podem negligenciá-la, como já a fazem hoje.”

(O Livro dos Espíritos -358) “Constitui crime a provocação do aborto, em qualquer período da gestação?”

“— Há crime sempre que transgredis a lei de Deus. Uma mãe, ou quem quer que seja, cometerá crime sempre que tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, por isso que impede uma alma de passar pelas provas a que serviria de instrumento o corpo que se estava formando”.

Somos espíritas. E o Espiritismo é o Consolador Prometido, o Cristianismo Redivivo. Desta forma, torna-se indissociável de qualquer argumentação realizada pelo espírita o embasamento na Lei de Justiça, Amor e Caridade, lei que resume todas as outras e justifica todas as outras, tendo em vista que tudo o que vivemos, nesta e na outra vida, tem o objetivo central de aprendermos a amar, de exercitarmos esta lei de atração e de relações saudáveis e de edificação da felicidade real, que se inicia no íntimo de cada um de nós.

Dito isto, queremos convidar os espíritas do Rio de Janeiro a refletirem bastante, a meditem em prece, neste momento grave que é trazido para debate na sociedade a questão da legalização da interrupção voluntária da gestação (aborto provocado), até a 12a semana após fecundação, proposta ao STF, por um partido político.

Necessitamos refletir sobre nossa responsabilidade para com os espíritos que terão suas existências interrompidas, violentamente, ceifando um processo de reencarnação em plena instalação, processo este de difícil e complexa realização, de planejamento meticuloso, mesmo que apressado em algumas circunstâncias, mas que sempre tem a presença da Providência Divina, que tudo sabe, e que sempre move todo o necessário, de forma a ajustar nossos planejamentos reencarnatórios, realinhando-os à Lei de Justiça, Amor e Caridade.

Por conta disso, afirmam os Espíritos da Codificação Espírita, provocados por Allan Kardec, em O Livro dos Espíritos, que o aborto constitui crime contra a lei de Deus, pois afronta o realinhamento de sua Lei de Amor, rompe com o processo reencarnatório e com o planejamento do qual fazem parte muitos envolvidos, criança, mãe, pai, e muitos outros atores.

Por conta destes muitos atores é que este momento merece uma reflexão profunda dos espíritas sobre o tema, afinal muito tem se falado sobre uma visão unilateral, o lado da criança, em detrimento dos demais atores do processo, nos discursos a favor da Vida, o que, realmente, é um contrassenso.

Os que são a favor do aborto voluntário de uma gestação sem complicações, sustentam que a criminalização do aborto compromete a dignidade da pessoa humana e a cidadania das mulheres e afeta desproporcionalmente mulheres negras e indígenas, pobres, de baixa escolaridade e que vivem distante de centros urbanos, onde os métodos para a realização de um aborto são mais inseguros do que aqueles utilizados por mulheres com maior acesso à informação e poder econômico, afrontando também o princípio da não discriminação.

Outro aspecto apontado como violado é o direito à saúde, à integridade física e psicológica das mulheres, e ainda o direito à vida e à segurança, “por relegar mulheres à clandestinidade de procedimentos ilegais e inseguros” que causam mortes evitáveis e danos à saúde física e mental.

Qual o papel da Casa Espírita neste contexto? Legalizar a morte seria a solução possível?

É urgente que o movimento espírita discuta projetos de acolhimento às mulheres em situação de fragilidade, de todos os matizes, seja financeira, como emocional, ou qualquer outra situação que poderia levá-las a optar pela interrupção da gestação,.... é mais do que urgente que as evangelizações espiritistas discutam sexualidade, gênero, direitos, no contexto da Doutrina Espírita.

Precisamos falar destes temas e mais....

Necessitamos discutir e desconstruir conceitos arcaicos sobre família, evidenciando a presença e a responsabilidade do homem na construção e solidificação da família, no acompanhamento da gestação e no suporte a amamentação, no respeito a mulher e a todos e todas com quem ele se relacionar em sua vida.

Tudo isso é educação espírita!!

Tudo isso é necessário para discutirmos sobre aborto sob o ponto de vista da Doutrina Espírita.

O CEERJ não concorda com a legalização do aborto por inúmeras razões. Primeiro, porque o que protege a saúde das mulheres não é legalizar o aborto e sim promover uma educação para uma vida sexual e reprodutiva saudável, além de atendimento médico e psicológico de qualidade, sempre e não apenas durante a gestação; o que protege as mulheres é uma sociedade que eduque os meninos e futuros pais a aprender a conviver com as mulheres em igualdade e porque há dados falsos naqueles que são apresentados pelos movimentos pró-aborto, o que já vem sendo divulgado amplamente na mídia, alimentados por interesses econômicos escusos¹. O CEERJ não concorda com o aborto porque interrompe a reencarnação de um espírito que lutou muito para estar ali e terá rompida sua oportunidade de vivenciar a Lei de Amor em plenitude.

Por tudo isso, pedimos aos espíritas que reflitam neste momento, trazido por Deus para nós, não por acaso, mas no momento que podemos e devemos trabalhar para a construção de um mundo melhor e mais feliz.

¹<http://estudosnacionais.com/anexos/FinanciadoresdaADPF442-MarlonDerosa.pdf>